



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO Nº DE 2015. (Do Sr. Chico Alencar)

Requer o desarquivamento das proposições que menciona.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das proposições, de minha autoria, relacionadas abaixo:

Proposição	Ementa
PDC-1441/2014	Ementa: Susta a Portaria normativa nº 186/MD (MD33-M-10), e seus anexos, do Ministro da Defesa, Exmo. Sr. Celso Amorim, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas em Operações de "Garantia da Lei e da Ordem". Explicação: Portaria nº 186, de 2014, do Ministério da Defesa.
PLP 394/2014	Acrescenta inciso ao Art. 4º-A da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, para assegurar aos assistidos da Defensoria Pública o direito de atendimento em tempo integral (24h) para casos de natureza urgente, em que exista risco grave de perecer o cidadão.
PDC 1441/2014	Susta a Portaria normativa nº 186/MD (MD33-M-10), e seus anexos, do Ministro da Defesa, Exmo. Sr. Celso Amorim, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas em Operações de "Garantia da Lei e da Ordem".
PL 5896/2013	Dispõe sobre o transporte aéreo, no País, de autoridades em aeronaves do Comando da Aeronáutica.
PRC 181/2013	Veda a candidatura, eleição e exercício da Presidência de Comissões por Deputados que respondam a Inquérito ou Ação Penal perante o

	Supremo Tribunal Federal.
PDC 1409/2013	Susta a Resolução nº 06/2013 do Conselho Nacional de Política Energética, a Portaria ANP nº 181/2013, e o Edital da Décima Segunda Rodada de Licitações para a outorga dos contratos de concessão para atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e gás de xisto.
PDC 1289/2013	Susta as Resoluções nºs 4, de 22/05/2013, e 5, de 25/06/2013, do Conselho Nacional de Política Energética, a Portaria MME nº 218, de 20/06/2013, e o Edital de Licitação para outorga do "Contrato de Partilha de Produção para o exercício das atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Bloco contendo a estrutura conhecida como prospecto de Libra", publicados no DOU do dia 03/09/2013.
PL 6898/2013	Veda a contratação de empresas vinculadas a parlamentares e outros agentes políticos para executarem obras quando os recursos forem decorrentes de emendas individuais ao Orçamento; e a doação para campanha eleitoral por parte de empresa que execute obra derivada de emenda parlamentar.
PL 6501/2013	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre justificação de mudança de partido político por detentor de mandato eletivo.
PL 6500/2013	Dispõe sobre a aplicação do princípio da não violência e garantia dos direitos humanos no contexto de manifestações e eventos públicos, bem como na execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse.
PL 6316/2013	Dispõe sobre o financiamento das campanhas eleitorais e o sistema das eleições proporcionais, alterando a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), e sobre a forma de subscrição de eleitores a proposições legislativas de iniciativa popular, alterando a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.
PL 6108/2013	Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para incluir, como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, a divulgação de mensagens de agradecimento ou louvação pela apresentação ou execução de emendas parlamentares ao Orçamento Público.
PL 4341/2012	Fixa a pena de reclusão para o advogado que receba honorários advocatícios tendo conhecimento prévio da atividade criminosa do cliente.
PL 4340/2012	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para determinar a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados nas prestações de contas parciais dos candidatos, partidos políticos e coligações.
PL 3770/2012	Veda a contratação de pessoas jurídicas, que tenham sido doadoras de campanha de candidato eleito para mandato do Poder Executivo e Legislativo.

PL 3576/2012	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para ampliar a forma de publicidade de editais de licitação.
PL 3388/2012	Dá o nome de "Ponte Herbert de Souza - Betinho" à atual Ponte Presidente Costa e Silva, localizada do Km 321 ao 334, na BR 101/RJ
PL 3385/2012	Proíbe a consulta e aplica multa a Pessoa Jurídica de Direito Privado que pesquise em cadastros de inadimplência públicos ou privados nomes de candidatos a emprego para fins de seleção.
PRC 130/2012	Altera a Resolução nº 25, de 2001, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, para incluir dentre as condutas que atentam contra o decoro parlamentar, a contratação de empresas doadoras na campanha eleitoral pelo parlamentar beneficiado e acrescentar obrigação de o parlamentar apresentar lista de doadores de campanha.
PL 4903/2012	Inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional de datas comemorativas.
PL 2704/2011	Dispõe sobre a transparência na utilização de veículos automotores, embarcações e aeronaves particulares por agentes políticos.
PL-1851/2011	Inclui § 13 ao art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para restringir o uso de termos de compromisso pela Comissão de Valores Mobiliários nos casos previstos nos arts. 27-C e 27-D daquela Lei.
PL 1555/2011	Concede anistia a bombeiros militares do Rio de Janeiro processados ou punidos por participar de movimentos reivindicatórios
PL-1446/2011	Estabelece a competência exclusiva para o ensino da Sociologia aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais.
PL-1129/2011	Autoriza a União a consolidar as dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios renegociadas através das Leis nº 8.727, de 1993, e nº 9.496, de 1997, e dá outras providências. Explicação da Ementa: Reduz de 13% (treze por cento) para 5% (cinco por cento) o comprometimento das receitas correntes líquidas para amortização da dívida dos entes da Federação.
PL-1128/2011	Institui, no âmbito da administração pública indireta, a proibição de despedida imotivada de empregados públicos.
PL-1127/2011	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrutor de artes marciais.
PL-1126/2011	Estende os benefícios da Lei nº 8.632, de 4 de março de 1993, que "Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais punidos por motivação política", aos membros de CIPAs - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes.

PL-1125/2011	Dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária e contra a Previdência Social e dá outras providências.
PL-1124/2011	Dá interpretação autêntica ao disposto no art. 1º, § 1º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. LEI DA ANISTIA.
PL-1123/2011	Prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres.
PL-840/2011	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.
PLP-41/2011	Altera a Lei Complementar nº 101/2000, de modo a estabelecer limites ao pagamento da dívida pública e ao prejuízo do Banco Central do Brasil, condicionando estas despesas à realização de auditoria da dívida pública prevista na Constituição.
PRC-53/2011	Inserir inciso VI ao art. 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados para constituir como conduta incompatível com o decoro parlamentar a participação do Deputado em gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, a prestação de consultoria ou assessoria privada e o exercício do comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
PL-7780/2010	Proíbe às emissoras de rádio e televisão usar áudio ou vídeo que redundem em difamação e injúria, assim como a veiculação de filmes, novelas ou minisséries que beneficie ou prejudique candidato, partido ou coligação partidária.
PL-7779/2010	Atribui à Justiça Comum a competência para julgar militares por crimes dolosos contra civis estando ou não em serviço.
PL-7644/2010	Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional e dá outras providências.
PL-7593/2010	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, dando prioridade na utilização de imóveis urbanos desapropriados ao atendimento das diretrizes e metas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social no respectivo Município.

PL-7537/2010	Considera-se subutilizado o imóvel residencial mantido ocioso e fora do mercado de locação, desde que não seja necessário à habitação do proprietário ou de seus dependentes.
PL-7198/2010	Dispõe sobre a inauguração de obras públicas e sobre a realização de eventos similares promovidos pelo Poder Público.
PL-6970/2010	Institui o Dia Nacional do Teatro do Oprimido, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de março, em todo o território nacional.
PL 5924/2009	Estabelece restrições à propaganda de medicamentos nos veículos de comunicação social.
PL 5102/2009	Dispõe sobre a transparência na utilização de passagens aéreas no âmbito da Administração Pública.
PL 6193/2009	Propõe que a informação de que o registro do candidato está sub judice será publicada no sítio da Justiça Eleitoral na Internet, juntamente com a descrição da pendência que impede o registro definitivo da candidatura.
PL 6192/2009	Estabelece que a contratação de pessoal para a realização da campanha eleitoral, observará o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, devendo tal contratação obedecer o prazo mínimo de setenta por cento do período da campanha.
PL 6191/2009	Permite, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada no uso de bandeiras, camisetas padronizadas exclusivamente com o símbolo do partido e seu número, broches, dísticos e adesivos.
PL 6190/2009	Estabelece que as emissoras de televisão deverão promover no primeiro turno da campanha eleitoral, um debate, no mínimo, para a eleição majoritária e apresenta critérios para aprovação das regras do debate pelos candidatos.
PL 6189/2009	Propõe que em terminais de transporte coletivo e estações de trens, metrô e barcas, a serem definidos pela Justiça Eleitoral, será permitida, a cada partido, a colocação de painéis móveis com tamanho máximo de 1m ² , onde será divulgada a lista completa de candidatos, bem como as propostas do partido para os cargos em disputa.
PL 6188/2009	Estabelece que os dados constantes das certidões apresentadas quando do registro da candidatura, serão divulgados no sítio da

	Justiça Eleitoral na internet, sendo garantido ao candidato que possua registro em tais certidões o espaço para explicações.
PL 6187/2009	Considera propaganda eleitoral extemporânea a divulgação, por qualquer meio, de mensagens alusivas a datas comemorativas que contenham o nome, fotografia ou símbolo usualmente utilizado por pré-candidato ou ocupante de cargo eletivo realizada fora do período definido no caput do art. 36 da Lei das Eleições.
PL 6186/2009	Define que o partido político que realizar a distribuição de recursos recebidos em doação, depositados em conta do órgão de direção nacional partidária, deverá declarar o nome do doador do recurso distribuído, bem como para qual candidato foi destinado.
PL 5924/2009	Estabelece que a propaganda de medicamentos anódinos e de venda livre será feita no horário compreendido entre 24h e 6h; a exigência de autorização prévia do órgão responsável pela vigilância sanitária e a competência do Conselho Nacional de Saúde para participar do controle da propaganda farmacêutica.
PL 5102/2009	Dispõe sobre a transparência na utilização de passagens aéreas no âmbito da Administração Pública.
PL-4966/2009	Estabelece normas para as eleições, a fim de vedar o recebimento por Partidos Políticos e candidatos a cargos eletivos, de doações de pessoas jurídicas, incluídos seus sócios, contratadas pelo Poder Executivo.
PLP 443/2009	Inclui entre as hipóteses de declaração de inelegibilidade, por meio de abertura de Ação de Investigação Judicial Eleitoral, (AIJE), a utilização indevida de centro social ou assemelhado em benefício de candidato ou de partido político.
PDC 1373/2009	Estabelece que o parlamentar deverá comparecer 2/3 da sessão legislativa para o pagamento de ajuda de custo a título de indenização.
PEC 378/2009	Limita a três mandatos consecutivos ou a cinco alternados o número de mandatos para um mesmo cargo de Parlamentar.
PL - 4454/2008	Exige informações quanto ao passivo processual do candidato no registro da candidatura, e dá outras providências.
PL- 4124/2008	Define o funk como forma de manifestação cultural e dá outras providências.

PL-3322 /2008	Inclui no Código de Trânsito Brasileiro os módulos na formação de condutores: acidentes de trânsito e suas repercussões sociais e econômicas e manutenção e segurança veicular.
PL-3107/2008	Fixa alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos na distribuição de lucros e dividendos, creditado a beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no exterior. Altera a Lei nº 9.249, de 1995.
PL 3091/2008	Revoga dispositivos que permitem a Dedução de Juros sobre Capital Próprio e a isenção de lucros ou dividendos distribuídos aos sócios.
PL-2958/2008	Exige que os recursos oriundos do Fundo Partidário sejam aplicados, observando os princípios da moralidade, eficiência e publicidade; proibindo o pagamento de bebidas alcoólicas e a aquisição de bens ou serviços de luxo ou voluptuários com recursos do Fundo.
PLP 277/2008	Regulamenta o inciso VII do art. 153 da Constituição Federal (Imposto sobre Grandes Fortunas).
PDC-24/2007	Susta a aplicação do dispositivo que disciplina a cobrança de tarifas para quitação antecipada de débitos de resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN).
PL-2032/2007	Estabelece o pagamento de auxílio-transporte pago aos militares e servidores públicos para deslocamento efetuado com transporte seletivo ou especial, limitado ao custo do transporte regular, incluindo o de fretamento
PL-1147/2007	Determina a obrigatoriedade, para o licenciamento de obra ou atividade utilizadora de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras e empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, da realização do balanço de emissões (assimilação e liberação) de gases do efeito-estufa.
PL-980/2007	Dispõe sobre os comprovantes de pagamentos emitidos por terminais eletrônicos
PL-979/2007	obrigar os fornecedores que ofertam ou comercializam produtos ou serviços pela rede mundial de computadores a informarem seu endereço para fins de citação, bem como o número de telefone e endereço eletrônico utilizáveis para atendimento de reclamações de consumidores.

PL-511/2007	Inclui os agricultores familiares vitimados pelas enchentes no Benefício Garantia-Safra
PL-396/2007	Dispõe sobre a responsabilidade na transição administrativa, após a proclamação dos resultados eleitorais, e dá outras providências
PRC-25/2007	Modifica os requisitos para escolha dos Líderes Partidários no regimento interno da Câmara.
PRC-15/2007	instituindo limite para participação anual em comissões externas e dispondo sobre prazo para apresentação de relatório pelos integrantes.
PL 6988/2006 E vários co-autores	Fixa limite máximo para os gastos nas campanhas eleitorais
PL-7670/2006	Dispõe sobre a veiculação gratuita de informação educativa sobre o câncer pelas emissoras de rádio e televisão
PL-7633/2006	estende a concessão da bolsa de qualificação profissional aos desempregados de longa duração.
PL-7606/2006	Estabelece o dia 3 de maio como o Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias
PL-7536/2006	Obriga as operadoras de telefone fixo e celular a fornecer a identificação do autor da ligação a cobrar
PLP-376/2006	evitar que o mero ingresso em juízo venha a suspender a inelegibilidade decorrente do julgamento de contas irregulares; e estende os efeitos da inelegibilidade aos que, mesmo não sendo agentes públicos, tenham suas contas julgadas irregulares.
PL-6718/2006	proíbe a utilização de nome ou sobrenome de detentores de mandatos eletivos em entidades beneficentes de qualquer tipo
PRC-320/2006	Proíbe o Presidente da Câmara dos Deputados apoiar candidaturas em todos os níveis
PRC-299/2006	Considera a soma dos períodos de licença do Parlamentar para efeito de assunção do suplente
PL-6463/2005	Institui o dia 25 de janeiro como "Dia Nacional da Bossa Nova".
PL-5924/2005	Dispõe sobre a gratuidade no transporte coletivo intermunicipal e interestadual para os jovens que devam comparecer às atividades

	referentes à seleção para o serviço militar obrigatório
PL-5715/2005	Dispõe sobre a distribuição de brindes nas campanhas eleitorais, a utilização de outdoors e a propaganda eleitoral na TV.
PL-5697/2005	Garante a livre organização de Grêmio Estudantil, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico e Diretório Central de Estudantes
PRC-273/2005	Proíbe a retirada ou acréscimo de assinaturas, de uma proposição, depois de protocolizadas na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.
PRC-194/2005	Dispõe sobre os atos de propaganda durante a campanha para eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.
PL-3981/2004	Inclui como ato de improbidade administrativa associar nome, símbolo e imagem de autoridade ou servidor público a algum serviço social ou de cunho assistencialista que caracterize promoção pessoal.
PL-3554/2004	Dispõe sobre a concessão de preferência a produtos nacionais nas aquisições de bens e serviços pela administração pública federal.
PL-3173/2004	Dispõe sobre a expedição de certidão de adimplência pelas empresas concessionárias de serviços públicos.
PL-2883/2004	Autoriza o estudante universitário a participar, como docente, em curso pré-vestibular popular em sua área de formação.
PRC-134/2004	Faculta ao homenageado o uso da palavra por cinco minutos, em Sessão Solene.
PEC-207/2003	Fixa critérios para a revisão dos subsídios dos membros de Poder, dos detentores de mandato eletivo, dos Ministros de Estado e dos Secretários Estaduais e Municipais.
PL-2626/2003	Dispõe sobre a regulamentação e fiscalização do exercício profissional da Acupuntura. Denomina o "Acupunturista" e o "Acupuntor".
PL-2308/2003	Dispõe sobre a autorização para funcionamento e fiscalização das centrais cadastrais
PL-2179/2003	Substitui a expressão "Ordem e Progresso" da Bandeira Nacional pela expressão "Amor, Ordem e Progresso".
PL-2137/2003	Institui o dia 2 de outubro como o "Dia Nacional do Pacifismo Ativo e

	pelo Desarmamento".
PL-1467/2003	Proíbe a publicidade custeada com recursos públicos que contenha agradecimento a autoridades públicas pela realização de obras e serviços.
PL-1558/2003	Estabelece requisitos para habilitação dos licitantes, incluindo a certidão negativa de execuções trabalhistas.
PL-1331/2003	Dispõe sobre mensagens educativas em anúncios que sugerem a prática sexual. Deve constar a frase: "Faça sexo seguro, use camisinha."
PL-418/2003	Torna obrigatória a manutenção de registro fotográfico pelos estabelecimentos e instituições que menciona.
PL-272/2003	Dispõe sobre a obrigatoriedade das prestadoras do Serviço de Telefonia Fixa Comutada, do Serviço Móvel Celular e do Serviço Móvel Pessoal de relacionar detalhadamente no documento de cobrança todas as ligações efetuadas.
PL-236/2003	Dispõe sobre o uso de frases, palavras, símbolos ou outro meio de comunicação pelos órgãos e instituições da Administração Pública Federal.
PRC-75/2003	Dispõe sobre o reajuste da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar e dá outras providências.
PRC-58/2003	Dispõe sobre a realização de eventos públicos mensais, de caráter pedagógico e cultural, nas dependências da Câmara dos Deputados sobre datas comemorativas nacionais e internacionais..
PRC-35/2003	Proíbe a contratação de cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau para a função de Secretariado Parlamentar.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2014.

Chico Alencar
Deputado Federal PSOL/RJ